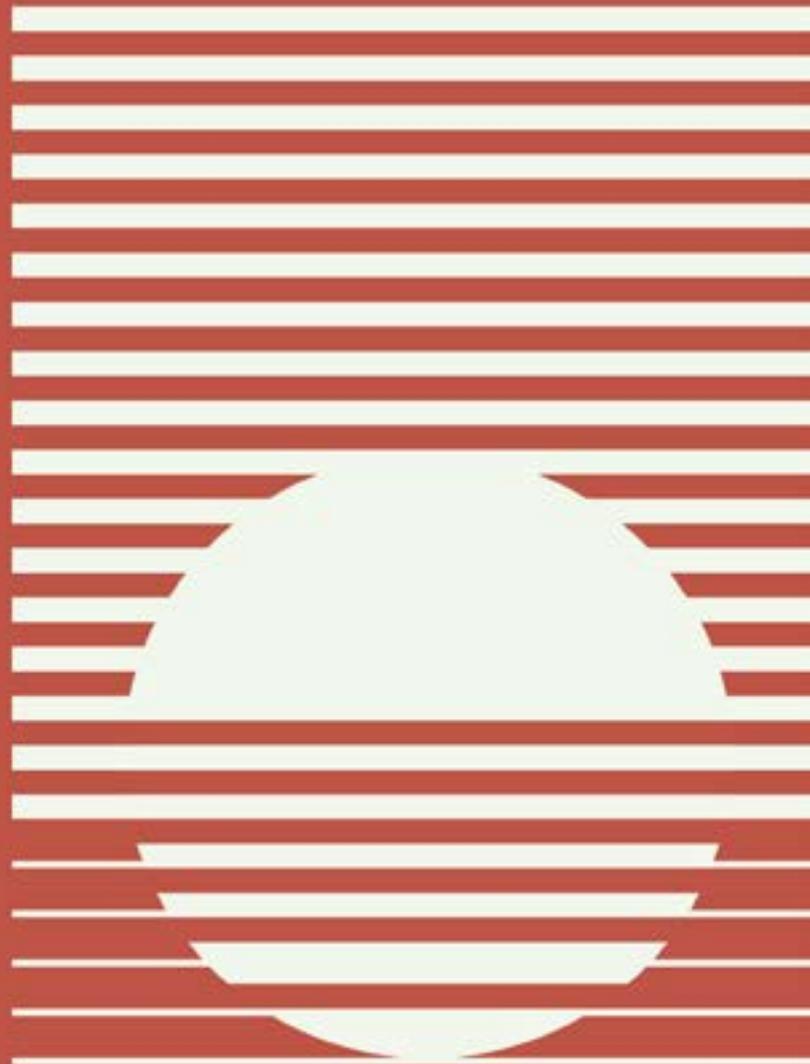


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



**10**  
**2020**



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Bruna Soares de Aguiar

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

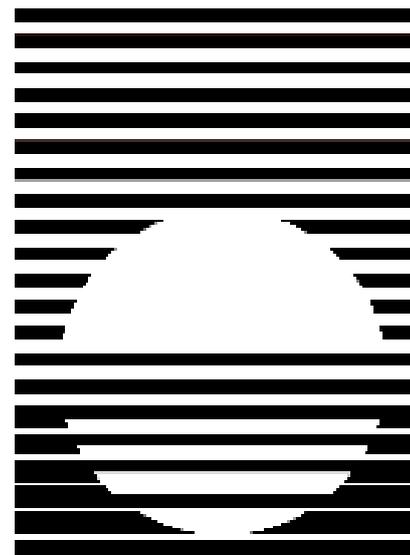
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Vacina chinesa contra Covid-19 gera polarização entre presidente e governadores no Brasil  
Presença da ABIN na COP-25 gera repercussões

### **Página 05**

Brasil obtém reconhecimento internacional na área humanitária, enquanto ações do Governo Federal caminham em sentido contrário  
Governo brasileiro intensifica agenda conservadora sobre direitos LGBTI+

### **Página 06**

Brasil, EUA e mais 31 países conservadores assinam declaração contra o direito ao aborto  
Incêndios alastram-se por regiões da América do Sul e agravam impactos socioambientais e climáticos

### **Página 07**

Argentina ultrapassa um milhão de casos de Covid-19

### **Página 08**

Paraguai reabre as fronteiras após sete meses  
Ex-presidentes do Uruguai renunciam ao senado  
Leopoldo López, líder da oposição venezuelana, foge para a Espanha

### **Página 09**

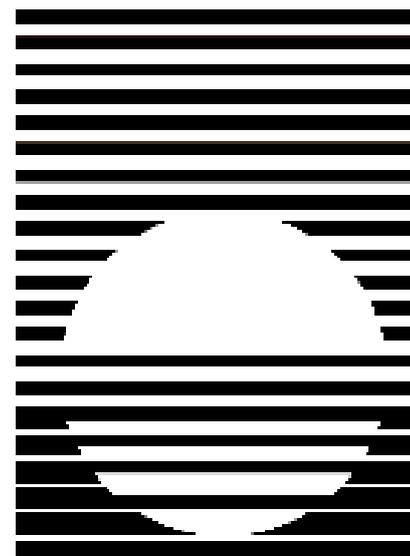
Venezuela é pauta de três reuniões multilaterais em outubro  
Chilenos votam a favor de uma nova Constituição em plebiscito histórico

### **Página 10**

Vitória por larga de diferença leva Luis Arce e o MAS de volta ao governo boliviano  
Congresso colombiano avalia suposta ingerência de membros do governo em eleições dos EUA

### **Página 11**

Atos da Frente Nacional AntiAMLO fomentam a polarização política no México  
Caravana migrante enfrenta cercos policiais e militares na Guatemala e no México



## **Página 12**

Violações de missão da ONU são denunciadas mais uma vez pelo Haiti

Os 75 anos da ONU são celebrados frente a desafios para a manutenção da paz e segurança internacionais

## **Página 13**

África do Sul inicia construção de muro na fronteira com Moçambique e relações bilaterais estremecem

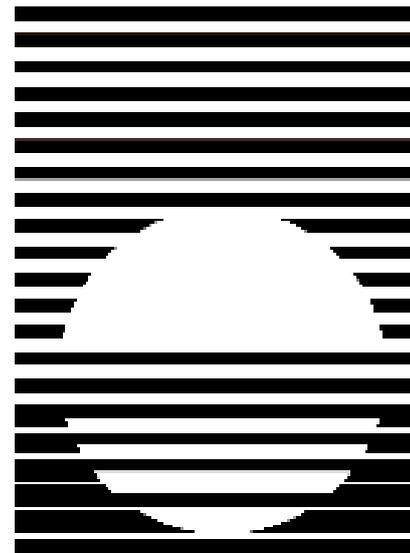
Protestos do movimento #EndSars denunciam a violência policial do governo da Nigéria

## **Página 14**

Rivalidade sino-indiana continua aquecendo cenário geopolítico asiático

Protestos pela libertação de ativistas de Hong Kong detidos na China continental

Prêmio Nobel consagra pesquisadoras e suas descobertas na ciência



## Vacina chinesa contra Covid-19 gera polarização entre presidente e governadores no Brasil

No dia 21 de outubro, o presidente Jair Bolsonaro vetou a aquisição de 46 milhões de doses da Coronavac, vacina contra o coronavírus desenvolvida pela empresa farmacêutica chinesa Sinovac Life Science, em parceria com o Instituto Butantan, vinculado ao governo de São Paulo e responsável por realizar os testes da imunização no Brasil. Com essa decisão, o mandatário brasileiro desautorizou um acordo costurado entre o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e os governadores de 24 estados federativos, dentre os quais o governador de São Paulo, João Dória, um dos principais entusiastas da cooperação com a empresa chinesa. O acordo, anunciado por Pazuello menos de 24 horas antes de ser vetado pelo presidente, previa a inclusão da Coronavac no Programa Nacional de Imunização (PNI), bem como a elaboração de uma medida provisória (MP) para a disponibilização do crédito orçamentário necessário para a compra das 46 milhões de doses a serem entregues até dezembro de 2020. Apesar do respaldo do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), o plano de aquisição de vacinas chinesas provocou forte reação por parte da base de apoio e da chamada ala ideológica do governo Bolsonaro, inclusive seu filho, o vereador Carlos Bolsonaro. Pressionado, o presidente, que supostamente teria dado o aval inicial para que Pazuello conduzisse as tratativas, mudou de posição e anunciou o cancelamento do acordo em suas redes sociais e em outros meios, lançando suspeitas sobre a segurança da vacina por ser de origem chinesa. A medida foi criticada intensamente por Dória, que classificou como criminosa a atitude de Bolsonaro de vetar a compra da vacina mesmo se sua eficácia for comprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dória ameaçou ainda recorrer à Justiça caso o impasse permaneça.

Fontes: [UOL](#), 20/10/2020; [Correio Braziliense](#), 21/10/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 21/10/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 21/10/2020; [O Globo](#), 21/10/2020; [UOL](#), 21/10/2020; [Folha de S. Paulo](#), 22/10/20.

## Presença da ABIN na COP-25 gera repercussões

No início do mês de outubro, repercutiram notícias de que o governo brasileiro teria enviado representantes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para monitorarem organizações não governamentais na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-25), ocorrida em dezembro de 2019, na Espanha. No documento oficial enviado à ONU, os representantes da ABIN foram classificados como “analistas” integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) – órgão da Presidência da República ao qual a agência é subordinada. Do mesmo modo, em ofício enviado pelo chanceler Ernesto Araújo ao Congresso Nacional, à época do envio da comitiva, os representantes aparecem como “assessores da Presidência da República”. A vinculação ao órgão, entretanto, foi omitida em ambos os documentos. Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, sob condição de anonimato, um dos servidores da ABIN que participou da comitiva confirmou que a missão teve como um dos objetivos captar críticas ao governo na área ambiental, mas negou que ambientalistas foram monitorados. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), oposição ao governo no Congresso, acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) para apurar a omissão das informações. Parlamentares da oposição também pedem acesso aos relatórios de inteligência produzidos na ocasião. Quadros historicamente envolvidos na área ambiental em governos anteriores, como a ex-ministra Izabella Teixeira e o embaixador Everton Vargas, questionam a presença desses servidores na comitiva e afirmam se tratar de uma participação sem precedentes. Após pressão, o General Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI, admitiu pelo Twitter a presença da ABIN no evento, afirmando que seu objetivo era monitorar a ação de “maus brasileiros”. Em nota oficial, a Associação dos Servidores da ABIN (ASBIN) rebateu as acusações de falta de transparência, alegando que a presença de oficiais de inteligência em eventos dessa natureza é natural e salutar à inteligência de Estado e se encontra consonante com a legislação que regula a atividade de inteligência no país. A Agência ainda destaca que a presença desses servidores na COP-25 havia sido divulgada publicamente no site oficial da instituição à época do evento.

Fontes: [Estado de S. Paulo](#), 11/10/2020; [ASBIN](#), 11/10/2020; [Estado de S. Paulo](#), 16/10/2020; [BR Político](#), 16/10/2020; [UOL](#), 16/10/2020.

## **Brasil obtém reconhecimento internacional na área humanitária, enquanto ações do Governo Federal caminham em sentido contrário**

Em 9 de outubro, foi anunciado que o Brasil irá presidir pela primeira vez o Comitê Executivo (EXCOM) do ACNUR pelos próximos 12 meses, através da embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo. O Líbano, Djibouti e Alemanha irão participar da nova junta diretiva. O Brasil é membro-fundador do EXCOM, que foi estabelecido em 1951, e um dos primeiros países signatários da Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados. O Ministério das Relações Exteriores emitiu um comunicado oficial dizendo que a eleição reflete o reconhecimento internacional da atuação do Brasil na área humanitária, citando a Operação Acolhida. A embaixadora informou ao Comitê que atualmente o país possui a maior população de venezuelanos reconhecidos como refugiados no mundo. Segundo Camila Asano da ONG Conectas Direitos Humanos, as Leis de Refúgio e Migração brasileiras geraram uma reputação positiva do Brasil, contudo as atitudes do presidente Bolsonaro vão em sentido contrário, como a saída do país em 2019 do Pacto Global para Migração e a criação da portaria 666, que prevê a deportação sumária, além da edição de mais de 20 portarias sobre fechamento de fronteiras, proibindo a entrada de migrantes vulneráveis através de fronteiras terrestres durante a pandemia, e por outro lado, permitindo a entrada de turistas por vias aéreas. Enquanto isso, sobre a situação vulnerável dos migrantes e refugiados no Brasil, um estudo da ONG Repórter Brasil revelou que no período de 2003 a 2018, 93,1% das mulheres resgatadas na capital paulista em situação de trabalho escravo eram imigrantes. A maior parte dos resgates foram feitos em oficinas de costura clandestinas, que exploram mulheres em situações de vulnerabilidade, baixa escolaridade e pouco acesso a informações sobre direitos, além de muitas não terem regularização migratória. Já o Webinário “Vulnerabilidade e pandemia: migrações, tráfico de pessoas e trabalho escravo” promovido pela OIM, lançou o atlas sobre o mapeamento da migração venezuelana no Brasil, revelando que 23% dos municípios brasileiros possuem imigrantes venezuelanos, e que a pandemia reduziu o acesso do migrante ao mercado de trabalho. De 2.475 mil pessoas,

1.184 mil disseram que estavam trabalhando antes da pandemia, caindo para 624 pessoas. E daqueles que estavam desempregados entre março e abril de 2020, apenas 65 conseguiram um novo emprego nos meses seguintes. Segundo a Caixa Econômica Federal, 149.019 mil imigrantes conseguiram acessar o auxílio emergencial durante a pandemia, sendo 42,5 mil venezuelanos e mais de 18,5 mil moram em Roraima. Apesar das barreiras enfrentadas, como a atualização de cadastro no CPF e as negativas de agências bancárias em pagar os imigrantes que obtiveram o auxílio, a DPU teve que entrar com ações para garantir o benefício.

Fontes: [Sputnik News](#), 29/09/2020; [MigraMundo](#) 02/10/2020; [Poder 360](#), 03/10/2020; [MigraMundo](#), 09/10/2020; [ACNUR](#), 13/10/2020; [MigraMundo](#) 14/10/2020.

## **Governo brasileiro intensifica agenda conservadora sobre direitos LGBTI+**

No dia 22 de outubro, em reunião da Comissão Permanente LGBT, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil vetou o projeto de direitos humanos do Mercosul de incluir e registrar a violência contra pessoas LGBTI+ como crime de ódio e de inserir “identidade de gênero” nos registros administrativos dos países que compõem o bloco. O veto trouxe apreensão a especialistas e ativistas brasileiros da causa LGBTI+, que veem com bastante preocupação a guinada conservadora que o país vem tomando nos últimos meses. Em entrevista dada no dia 23 de outubro ao Jornal Folha de São Paulo, Thiago Amparo, professor da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que é completamente descabida a decisão dos representantes do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - que tem a Ministra Damares Alves à frente do cargo. Também em entrevista concedida ao Jornal no mesmo dia, o coordenador de assuntos da América Latina da ONG Synergía, Marcelo Ernesto Ferreyra, vê com bastante preocupação a medida, que desprotege e coloca em risco a vida de pessoas LGBTI+ no bloco. Esta decisão segue o padrão do posicionamento brasileiro em relação a esse tema a partir de orientações do Ministério dos Direitos Humanos e das Relações Exteriores - de Ernesto Araújo. Ainda no fim de setembro, no dia 30, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro não integrou iniciativa promovida pelo Ministério

das Relações Exteriores belga em conjunto com embaixadores de outros 44 países, inclusive com apoio de governos conservadores como EUA e Índia, e representantes de seis organizações internacionais, em carta aberta ao governo da Polônia pedindo o fim da discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero, assim como a defesa de comunidades como a LGBTI+ contra ataques verbais, físicos e discurso de ódio. Além disso, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em reunião realizada no dia 1º de outubro, o Brasil decidiu por não aderir à declaração dirigida ao Conselho de Direitos Humanos reivindicando atuação com o objetivo de proteger a autonomia corporal e o direito à saúde de pessoas intersexo que sofrem intervenções corporais sem o devido consentimento livre e informado. A iniciativa, conduzida pelo governo austríaco e apoiada por 34 países dentre os quais a França, a Argentina, o Chile, a Costa Rica, o México e o Uruguai, foi elogiada por organizações não-governamentais de apoio à causa LGBTQI+ pelo mundo. Também em outubro, o Brasil, ao lado dos EUA e do Chile, apoiou uma proposta da Bolívia, na Organização dos Estados Americanos (OEA), de fazer um adendo a uma resolução de direitos humanos da Organização autorizando os pais a imporem educação religiosa ou moral aos filhos de acordo com suas crenças. Segundo entidades da sociedade civil, o texto pode abrir espaço para a adoção do ensino domiciliar e a proscrição de conteúdo do aprendizado infantil como a teoria da evolução.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 30/09/2020; [UOL](#), 01/10/2020; [Folha de S. Paulo](#), 21/10/2020; [Folha de S. Paulo](#), 23/10/2020; [Ponte.org](#), 23/10/2020.

## **Brasil, EUA e mais 31 países conservadores assinam declaração contra o direito ao aborto**

Em 22 de outubro, Brasil, Estados Unidos e mais 31 países assinaram a Declaração de Consenso de Genebra que questiona o direito ao aborto como direito humano. O documento foi proposto pelo atual secretário estadunidense Mike Pompeo, e dentre os Estados que formaram parte da Declaração estão República Democrática do Congo, Uganda, Sudão, Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, e os europeus Hungria, Belarus e Polônia. Este grupo de Estados conservadores argumenta que o objetivo é defender os direitos das mulheres, preservar a vida humana, fortalecer as famílias e a soberania nacional

na política global. No documento é pontuado que o aborto não deve ser prescrito como método de planejamento familiar. No mesmo dia da cerimônia virtual de assinatura da Declaração, o site oficial do Itamaraty publicou uma nota informando que a ação tem por objetivo defender o direito das mulheres ao mais elevado padrão de saúde. No Brasil, ativistas do Movimento Brasil Sem Aborto elogiaram a postura do governo de Jair Bolsonaro que foi representado na ocasião da cerimônia pela ministra Damara Alves e pelo ministro Ernesto Araújo. Allan Araújo, líder do Movimento Brasil Sem Aborto, afirmou que há incoerência nos Estados que assinam documentos na ONU a favor dos direitos humanos, pois, segundo o ativista, esses textos contradizem a defesa da vida e o primeiro grande direito que é o de nascer. No dia 23 de outubro, a BBC publicou uma reportagem especial sobre as dificuldades encontradas pelas brasileiras que sofreram abusos sexuais para realizar aborto no Brasil durante a pandemia. Segundo a reportagem, das 76 clínicas registradas para realizar abortos em casos permitidos pela legislação brasileira, apenas 42 permaneceram abertas durante a pandemia. Para Helena Paro, obstetra e coordenadora de Nuavidas, centro de saúde em Uberlândia autorizado a realizar procedimentos de interrupção da gestação, a pandemia se tornou uma desculpa para afetar os direitos das mulheres.

Fontes: [Ministério das Relações Exteriores](#), 22/10/2020; [Página 12](#), 23/10/2020; [Agência Brasil](#), 23/10/2020; [BBC](#), 23/10/2020; [Sputnik](#), 26/10/2020.

## **Incêndios alastram-se por regiões da América do Sul e agravam impactos socioambientais e climáticos**

No dia 29 de outubro, o Pantanal brasileiro registrou a maior quantidade de focos de incêndios da história, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com 2.825 pontos de fogo registrados, o bioma foi impactado com a destruição de 90% do Parque Estadual Encontro das Águas (MT), o principal refúgio de onças-pintadas do mundo. No mês de outubro, incêndios e seus efeitos, como as fumaças das queimadas no Pantanal e na Amazônia, também atingiram Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia e Peru. Ondas de calor, seca e poluição do ar são alguns dos impactos identificados desde o Cerrado brasileiro até o Chaco paraguaio. O Congresso do Paraguai declarou estado de emergência no início do mês. O Se-

cretariado Nacional de Emergência paraguaio (SEN) disse que detectou 5.231 incêndios em 24 horas, a maioria na região densamente arborizada do Chaco. Na Argentina, até a segunda semana de outubro, ao menos quinze províncias haviam sido atingidas pelo fogo, entre elas Córdoba, onde a destruição já é considerada a maior dos últimos 10 anos. O governo federal argentino montou uma força-tarefa com brigadistas e porta-aviões para controlar os incêndios que, segundo o Serviço Nacional de Manejo do Fogo (SNMF), são 95% intencionais. No dia 8 de outubro, a presidente interina da Bolívia, Jeanine Áñez, declarou estado de desastre nacional devido à seca e aos incêndios que também se espalham pelo país. Várias regiões, do norte ao sul da Bolívia, foram atingidas pelo fogo e, segundo o governo, as previsões meteorológicas não esperam por chuvas, o que pode agravar a situação. No dia 11 de outubro, o Papa Francisco prestou sua solidariedade às vítimas dos incêndios ocorridos na América Latina e nos Estados Unidos, que já se alastram há semanas. Enquanto várias cidades foram tomadas por nuvens de fumaça, como Assunção e São Paulo, o Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, afirmou que as críticas à atuação do governo brasileiro eram um exagero, e minimizou as devastações que os incêndios vêm causando, principalmente em terras indígenas. Segundo Guedes, o governo “preserva os índios”, pois “demos 14% do território para menos de 0,5% da população”. Em relatório publicado no mês de outubro, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) relatou o crescimento de invasões de terras indígenas em 135% desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Na mesma ocasião, Guedes defendeu a convocação das Forças Armadas para combater as queimadas na Amazônia e no Pantanal. A intensificação dos incêndios, os possíveis processos de desertificação desses biomas, as alterações nos ciclos de chuva e as secas mais severas mostram sinais de que efeitos, como as mudanças climáticas, poderão tornar mais frequentes estes eventos.

Fontes: [Terra](#), 02/10/2020; [Gazeta](#), 06/10/2020; [UOL](#), 08/10/2020; [Expresso](#), 09/10/2020; [CNN Brasil](#), 11/10/2020; [New York Times](#), 13/10/2020; [Yahoo Notícias](#), 22/10/2020; [DW](#), 23/10/2020; [G1](#), 29/10/2020.

## Argentina ultrapassa um milhão de casos de Covid-19

No dia 19 de outubro, a Argentina ultrapassou a marca de um milhão de casos diagnosticados de Covid-19 – com estatísticas apontando para um número real de infectados entre seis e oito milhões de pessoas –, dado que a coloca entre os cinco países com mais casos da doença no mundo. Nove dias depois, o país alcançou outra marca preocupante: 30 mil óbitos decorrentes da doença. A Argentina iniciou um dos mais rigorosos regimes de medidas de enfrentamento à pandemia ainda em março, logo após o primeiro caso ser noticiado em território nacional. Por alguns meses, as medidas foram capazes de conter o avanço da doença no país, tanto em termos numéricos, quanto geograficamente – até agosto, 90% dos casos estava na cidade de Buenos Aires e em sua área metropolitana. No entanto, diversos fatores, como reuniões ilegais e o retorno das pessoas ao trabalho, se somaram para que a reabertura gradual, em meio a protestos frequentes contra o governo e as medidas de distanciamento social, fosse acompanhada de uma explosão de casos e uma migração da doença para o interior do país. Um sucesso que o período prolongado de quarentena mandatária no país logrou foi a melhoria no sistema de saúde que, mesmo com a alta quantidade de pessoas infectadas, não veio a colapsar. Isso fica evidente na letalidade da doença no país, que está em torno de 2,6% (no Brasil, este número é de 2,94%, enquanto na Itália é de 8,82%). O governo segue com medidas controladas de reabertura, incluindo a abertura de fronteiras aéreas para alguns países selecionados – entre eles, o Brasil – através do aeroporto do Buenos Aires. Em um primeiro momento, os turistas poderão circular apenas dentro dos limites da cidade, e as fronteiras terrestres seguem fechadas. O país segue mergulhado em uma profunda crise econômica herdada do governo de Mauricio Macri, que adquiriu contornos dramáticos com a pandemia. Atualmente, o índice de pobreza no país chegou a 40,9% da população, enquanto o desemprego alcançou uma taxa de 13,1%, a pior desde 2005.

Fontes: [El País](#), 15/10/2020; [Infobae](#), 19/10/2020; [Página 12](#), 21/10/2020; [UOL](#), 27/10/2020.

## Paraguai reabre as fronteiras após sete meses

O Paraguai, um dos primeiros países sul-americanos a fechar as fronteiras no contexto da pandemia, reabriu, no mês de outubro, os treze postos fronteiriços fechados em março, quando foram anunciados os primeiros casos de contágio por Covid-19 no país. Em 15 de outubro, foi reaberta a fronteira entre o Paraguai e o Brasil, com a liberação da Ponte da Amizade e do Aeroporto Internacional. A abertura atende à demanda de comerciantes de Ciudad del Este, que fizeram vários protestos e mobilizações pelas consequências econômicas das restrições de mobilidade de pessoas e mercadorias para a economia local, requisitando ao governo paraguaio o prazo de 12 de outubro para abrir a fronteira. Embora houvesse sido agendado um encontro entre os presidentes Mario Abdo Benítez e Jair Bolsonaro na região de fronteira, o presidente brasileiro cancelou dias antes do encontro. No entanto, a chancelaria paraguaia anunciou que, mesmo sem a cerimônia, a fronteira seria aberta. Por sua vez, na fronteira com a Argentina, na localidade de Encarnación, após oito meses de paralisação, as demandas para a reabertura têm sido maiores, com protestos paralisando o trânsito de caminhões, solicitando a abertura da ponte internacional e pedindo ajuda do governo. Sobre essa questão, o novo chanceler paraguaio, Federico González, afirmou estar em diálogo constante com autoridades argentinas, mas devido ao aumento dos casos ainda não é possível efetivar a abertura definitiva.

Fontes: [Última Hora](#), 02/10/2020; [La Nación](#), 10/10/2020; [ABC Color](#), 25/10/2020; [La Nación](#), 27/10/2020.

## Ex-presidentes do Uruguai renunciam ao senado

No mês de outubro, em sessão extraordinária do Senado, José Mujica e Julio María Sanguinetti, ex-presidentes do Uruguai, renunciaram aos cargos de senadores, que ocupavam após terem sido eleitos nas eleições de 2019. Ambos receberam homenagens e elogios dos demais senadores. Mujica e Sanguinetti já haviam combinado que abandonariam o Senado no

mesmo dia, porém o fizeram por motivos distintos. Em carta endereçada à vice-presidenta do Uruguai e presidenta do Senado, Beatriz Argimón, Mujica anunciou que sua renúncia ocorreu por causa da pandemia de Covid-19 e porque sofre de uma doença imunológica crônica, que o impede de continuar em atividade. Sanguinetti afirmou que sua saída aconteceu porque pretende se dedicar ao cargo de Secretário-Geral do Partido Colorado e às colunas que mantém em jornais do Uruguai e da Argentina. Em suas falas de despedida, Sanguinetti defendeu o papel dos partidos políticos na democracia e a necessidade do seu fortalecimento, enquanto Mujica ressaltou que há décadas não cultivava o ódio e que é preciso dar oportunidade às novas gerações e ajudar a construir o futuro. Sanguinetti será substituído pelo seu suplente, Tabaré Viera, e no lugar de Mujica assumirá Alejandro Sánchez, que ocupava o cargo de deputado na Câmara dos Representantes desde 2010.

Fontes: [El País](#), 20/10/2020; [El País](#), 20/10/2020; [El País](#), 20/10/2020; [El Observador](#), 20/10/2020; [El Observador](#), 21/10/2020.

## Leopoldo López, líder da oposição venezuelana, foge para a Espanha

Em 24 de outubro, Leopoldo López, um dos principais líderes da oposição venezuelana, fugiu para a Espanha. Sua saída ocorreu por uma rota clandestina na fronteira com a Colômbia, e foi considerada ilegal pelo governo da Venezuela. López é fundador do partido Voluntad Popular – a que pertence o autoproclamado presidente Juan Guaidó – e foi preso em 2014 ao liderar protestos contra Nicolás Maduro. Em 2017, o opositor foi transferido para a prisão domiciliar, e em abril de 2019 participou de um levante militar fracassado contra o governo venezuelano. Desde então, López estava refugiado na residência do embaixador da Espanha em Caracas. Sua saída do país ocorreu em meio à substituição de Jesús Silva por Juan Fernández Trigo como embaixador da Espanha na Venezuela. O governo espanhol afirmou, no entanto, que a saída foi uma decisão pessoal e voluntária. Em Madri, López afirmou que sua intenção é voltar para libertar a Venezuela. O chanceler do governo venezuelano, Jorge Arreaza, acusou a Espanha de participar da

fuga ilegal e de violar a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. O Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin) fez buscas em um prédio residencial onde moram funcionários da embaixada espanhola, e dois deles – um vigia e uma cozinheira – foram detidos. A chancelaria espanhola condenou a ação e acusou a Venezuela de violar a Convenção de Viena. A Central Sindical Independente e de Funcionários da Espanha pediu ao governo venezuelano que garanta a segurança dos empregados da Embaixada em Caracas. Após a fuga, Guaidó e López denunciaram o desaparecimento de três pessoas ligadas ao partido Voluntad Popular. No dia 28 de outubro, o governo confirmou a prisão do jornalista Roland Carreño, que teria confessado participação em crimes contra a ordem constitucional venezuelana. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) declarou que a situação é extremamente grave e exigiu informações sobre o paradeiro e o estado de saúde do jornalista.

Fontes: [El País](#), 25/10/2020; [El Nacional](#), 25/10/2020; [O Globo](#), 26/10/2020; [El País](#), 28/10/2020; [DW](#), 28/10/2020; [El País](#), 28/10/2020; [El Nacional](#), 28/10/2020; [El Nacional](#), 29/10/2020.

## Venezuela é pauta de três reuniões multilaterais em outubro

Em um contexto de constante crise, a Venezuela esteve na pauta de três reuniões multilaterais no mês de outubro. Em 6 de outubro, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas se reuniu e aprovou a extensão, por mais dois anos, da Missão Internacional Independente de Verificação dos Fatos sobre a Venezuela. A resolução teve 22 votos favoráveis, 22 abstenções e 3 votos contrários – entre eles, o da Venezuela. A renovação da Missão Independente ocorre após a apresentação, no mês de setembro, do relatório final que responsabilizou Maduro e outros membros do governo venezuelano por crimes contra a humanidade. No dia 13 de outubro, o Grupo de Lima emitiu uma declaração pedindo que o Tribunal Penal Internacional investigue as denúncias feitas nesse relatório. No dia 6 de outubro, também na reunião do CDH, uma resolução que ressalta a cooperação do governo de Nicolás Maduro com o escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, foi

apresentada pelo Irã. A resolução foi aprovada com 14 votos favoráveis, 26 abstenções e 7 votos contrários. Além da questão dos direitos humanos, as eleições parlamentares venezuelanas, marcadas para o dia 6 de dezembro, também foram discutidas em âmbito multilateral. No dia 21 de outubro, a 50ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou a resolução intitulada “A falta de condições democráticas mínimas para garantir eleições livres, justas e transparentes na Venezuela”. A resolução condenou as ações do governo de Maduro e declarou que o pleito de dezembro não será reconhecido pela comunidade internacional. A resolução foi apresentada pela Colômbia, e foi aprovada com 21 votos favoráveis, 9 abstenções e 4 votos contrários. O chanceler da Venezuela, Jorge Arreaza, classificou a resolução como uma ingerência e rechaçou as exigências feitas para o reconhecimento das eleições parlamentares. O Brasil votou a favor tanto na resolução da OEA, quanto na renovação da Missão Independente do CDH.

Fontes: [El Nacional](#), 06/10/2020; [El Nacional](#), 06/10/2020; [El Nacional](#), 13/10/2020; [Infobae](#), 21/10/2020; [El Nacional](#), 21/10/2020; [El Tiempo](#), 22/10/2020.

## Chilenos votam a favor de uma nova Constituição em plebiscito histórico

Em 25 de outubro, foi realizado o plebiscito constitucional no Chile. O pleito foi uma das principais demandas das manifestações iniciadas em outubro de 2019. O movimento popular chegou a reunir cerca de 3 milhões de chilenos na mobilização que ficou conhecida como a Marcha Más Grande. Com o plebiscito, a população chilena votou favorável a duas medidas: com 78,2% dos votos, aprovou-se a iniciativa de elaboração de uma nova Constituição para o país; e com 78,9%, os chilenos decidiram que a Constituição será redigida por uma nova Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte será formada em um novo pleito, em abril de 2021, com paridade de gênero (50% mulheres e 50% homens), elegendo 155 membros, sem a necessidade de filiação partidária. Desta maneira, os atuais representantes do Congresso não participarão da nova Constituinte. Além disso, um dos marcos mais importantes do plebiscito foi a ampla participação popular, que alcançou cerca de

7,5 milhões de votos válidos, a maior quantidade de votantes desde o restabelecimento da democracia, após o regime ditatorial de Augusto Pinochet. A redação da nova Constituição será feita em um prazo de nove meses após a escolha dos membros da constituinte. Para que o texto seja aprovado deverá ter dois terços dos votos da Assembleia, além de ser ratificado posteriormente em plebiscito.

Fontes: [Infobae](#), 25/10/2020; [BBC](#), 26/10/2020; [Tele-sur](#), 26/10/2020; [Revista Opera](#), 27/10/2020; [Ciper-Chile](#), 28/10/2020.

## **Vitória por larga de diferença leva Luis Arce e o MAS de volta ao governo boliviano**

No dia 18 de outubro, foram realizadas as eleições gerais na Bolívia. Após tensa corrida eleitoral, com três adiamentos da data do pleito por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e uma greve nacional de grande escala que pedia garantias democráticas, Luis Arce foi eleito presidente e David Choquehuanca foi eleito vice-presidente da Bolívia pelo Movimiento al Socialismo (MAS) com 55,1% dos votos em primeiro turno. Em segundo lugar, ficou Carlos Mesa, pelo Comunidad Ciudadana, com 28,8% dos votos, seguido de Luis Fernando Camacho, pela coligação Creemos, com 14% dos votos válidos. Na Assembleia Plurinacional, que congrega as duas casas legislativas bolivianas, o MAS também foi vitorioso: no Senado, obteve 21 das 36 cadeiras e, na Câmara, obteve 73 dos 130 assentos. No entanto, os números são insuficientes para que o partido tenha a maioria qualificada de 2/3, importante para diversas mudanças institucionais no país. Nas duas casas legislativas, há maioria feminina entre os eleitos. Ainda que o resultado oficial só tenha sido divulgado pelo TSE no dia 23, ao final da contagem rápida realizada pelo sistema de Difusión de Resultados Preliminares (Direpre), na madrugada do dia 18 para o dia 19, Luis Arce já fazia seu discurso da vitória, anunciando que faria governo de unidade em prol do desenvolvimento boliviano. A sinalização é importante, já que o pleito marca o retorno à normalidade democrática depois do golpe que ocorreu em novembro de 2019. Luis Arce foi Ministro da Economia de Evo Morales, ex-presidente do país, e é considerado nome politicamente moderado dentro

do MAS. A vitória de Arce foi logo reconhecida por Mesa e por Luis Almagro, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), instituição que teve papel fundamental na deposição de Morales em 2019. Em seguida, Luis Fernando Camacho também reconheceu a vitória de Arce, fato importante para o desenrolar do cenário político, já que o cívico ameaçava não reconhecer uma eventual vitória do MAS. A posse de Arce e Choquehuanca irá ocorrer dia oito de novembro.

Fontes: [El Deber](#), 13/10/2020; [El Deber](#), 18/10/2020; [Página 12](#), 18/10/2020; [La Razón](#), 19/10/2020; [Conosur](#), 24/10/2020.

## **Congresso colombiano avalia suposta ingerência de membros do governo em eleições dos EUA**

No dia 28 de outubro, a chanceler colombiana, Claudia Blum, participou de uma reunião de controle político organizada pela Comissão Segunda do congresso colombiano, formada por membros do Senado e da Câmara de Deputados. Tal comissão discute temas afetos às relações internacionais e organizou o debate com a ministra de Relações Exteriores em função de uma denúncia apresentada pelos senadores Iván Cepeda, do Partido Polo Democrático, e por Antonio Sanguino da Aliança Verde, que fazem oposição ao partido da situação. Cepeda relatou que o embaixador da Colômbia nos EUA, Francisco Santos, participou de reuniões durante os últimos três meses com representantes e ativistas da campanha presidencial de Donald Trump, como forma de manifestar apoio à reeleição do candidato do Partido Republicano. Segundo o senador, congressistas do Centro Democrático também teriam atuado, em especial no Estado da Flórida, com esse intuito, buscando desqualificar Joe Biden, candidato do Partido Democrata, o caracterizando como aliado do “castro-chavismo” para reduzir um possível apoio de eleitores associados aos setores colombianos. O objetivo do debate de controle político era averiguar se funcionários do governo da Colômbia estavam interferindo na campanha eleitoral estadunidense, pois havia relatos de meios de comunicação que indicavam que membros do governo estariam manifestando apoio ao atual presidente Trump. Como resposta, durante a sessão de controle político, a ministra

Blum negou qualquer ingerência de representantes do governo na corrida eleitoral estadunidense. De acordo com a chanceler, a Colômbia entende que as eleições são um assunto interno e seu país respeita os procedimentos e regras do processo eleitoral nos EUA. Por sua vez, o embaixador Santos se posicionou afirmando que não manifestou apoio à campanha de Trump e que as relações com o tradicional país aliado devem ser bipartidárias, transcendendo divisões políticas domésticas.

Fontes: [El Tiempo](#), 27/10/2020; [El Tiempo](#), 28/10/2020; [El Espectador](#), 30/10/2020; [El Espectador](#), 31/10/2020.

## Atos da Frente Nacional AntiAMLO fomentam a polarização política no México

Em 4 de outubro, a Frente Nacional AntiAMLO (Frena) realizou seu maior ato público. Segundo o Governo da Cidade do México, entre cinco mil e oito mil pessoas participaram da chamada caminhada pela democracia em Zócalo, Praça da Constituição. O Frena é um movimento de extrema direita que teve sua origem nas redes sociais, com a liderança de Gilberto Lozano - a quem o The New York Times descreveu como o que pode ser traduzido por um sujeito com “notória inclinação ao drama, afeito ao discurso, à atuação articulada e a atitudes midiáticas”. Desde o mês de setembro, o Frena vem acusando o governo de AMLO de estar tentando instaurar uma ditadura comunista no México e, por isso, busca a saída do mandatário do governo pelo que denuncia como crime de traição à pátria. No mesmo fim de semana, o jornal The Financial Times publicou uma nota apontando os erros de López Obrador na gestão da pandemia da Covid-19. No dia 6 de outubro, em sua tradicional coletiva de imprensa matutina, o presidente mexicano respondeu que o jornal britânico deveria priorizar a revisão de seu apoio a políticas neoliberais, que estão sendo colocadas em xeque pela pandemia, ao invés de questionar seu modelo de governo. Na mesma ocasião, AMLO fez comentários no sentido de diminuir a relevância do protesto organizado pelo Frena. Em 24 de outubro, os apoiadores do governo também realizaram uma caminhada, dessa vez para demonstrar a insatisfação quanto ao modo de atuação do Frena, que está acampado no Zócalo

desde a marcha do dia 4. Segundo o The New York Times, essa polarização na política mexicana assemelha-se a outros eventos que têm ocorrido ao redor do mundo: a ausência de representatividade política nos partidos abre brecha para a atuação de grupos nas mídias sociais que não constroem propostas contundentes, mas fomentam o enfrentamento, por meio de um personalismo, nesse caso na figura de Lozano. O periódico sublinha ainda que essa situação beneficia tanto a extrema direita quanto AMLO, que faz uso da narrativa de que a “direita troglodita” impede a transformação e o avanço do país.

Fontes: [El Economista](#), 04/10/2020; [LJA.Mx](#), 06/10/2020; [The New York Times](#), 15/10/2020; [Informador](#), 24/10/2020; [Informador](#), 25/10/2020.

## Caravana migrante enfrenta cercos policiais e militares na Guatemala e no México

Cerca de três mil migrantes se reuniram em uma caravana em direção à fronteira dos EUA com o México, a primeira caravana desde o início da pandemia. A caravana partiu de Honduras, no dia 30 de setembro, atravessando a fronteira com a Guatemala no dia 2 de outubro, que foi reaberta em 18 de setembro após ter sido fechada por conta da Covid-19. Em resposta, o presidente guatemalteco, Alejandro Giammattei, decretou um estado de prevenção por 15 dias, ordenando que todos os migrantes sejam detidos e retornados à Honduras. Parte da caravana foi detida por um cerco policial e militar no povoado de Póptun. O exército e a polícia civil guatemalteca relataram que 2065 migrantes hondurenhos aceitaram um retorno “voluntário” para seu país para não serem presos, enquanto cerca de mil continuam detidos. O restante da caravana continua seu caminho em direção ao México. Francisco Garduño, chefe do Instituto Nacional de Migração mexicano, já anunciou que colocará centenas de militares e agentes de migração na fronteira com a Guatemala. Os desafios, porém, não acabam ao entrar no México, já que os campos de refugiados na fronteira com os EUA estão lotados, sem permitir qualquer medida de distanciamento social. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), há mais de 70 milhões de migrantes no continente americano que enfrentam problemas de acesso a serviços básicos de saúde e saneamento. As organizações assinaram um acordo, no dia 9 de outubro, com o objetivo de ampliar operações de

assistência nessa área. Além das questões de saúde, um número alarmante de migrantes latino americanos no México sofre com extorsões, sequestros, detenções ilegais e violências física e sexual, sendo que esses casos têm sido sistematicamente ignorados pela polícia mexicana.

Fontes: [El Universal](#), 01/10/2020; [El Faro](#), 04/10/2020; [The Conversation](#), 06/10/2020; [Infobae](#), 09/10/2020.

## Violações de missão da ONU são denunciadas mais uma vez pelo Haiti

No dia 20 de outubro, em Porto Príncipe, no Haiti, o Tribunal Popular Contra os Crimes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) denunciou violações de direitos humanos ocorridos durante a Missão das Nações Unidas, com tropas militares sob o comando do exército brasileiro, que iniciou suas atividades em 2004 e durou aproximadamente 15 anos. A intervenção militar foi muito criticada por ativistas que entenderam que a estratégia viola os próprios regulamentos das Nações Unidas, que prevê este tipo de mobilização quando há guerra civil, crimes contra a humanidade ou genocídio, o que não era o caso do Haiti, conforme denunciou o ativista Camille Chalmers, diretor executivo da Plataforma Haitiana de Defesa do Desenvolvimento Alternativo (PAPDA). A estratégia é buscar a devida justiça para as vítimas das tropas envolvidas na operação. Além de repressão militar e crescimento de grupos criminosos milicianos, ocorreu um desrespeito aos direitos das mulheres, abusos sexuais, tráfico de pessoas, impedimento no acesso das crianças à educação e a impunidade pela ausência de atuação do Poder Judiciário. A epidemia da cólera também é apontada como mais um descaso das tropas militares. Esta doença já deixou mais de 50 mil mortos no país, de acordo com o epidemiologista Renaud Piarroux, que esteve no Haiti para estudar a epidemia. Até 2010 não havia registro de pessoas acometidas por cólera no Estado haitiano. Eventos sociais estão previstos durante os meses de novembro e dezembro de 2020, como forma de pressionar em prol de uma devida reparação das violações ocorridas.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 20/10/2020; [Diálogos do Sul](#), 20/10/2020; [Prensa Latina](#), 20/10/2020; [MST](#), 21/10/2020.

## Os 75 anos da ONU são celebrados frente a desafios para a manutenção da paz e segurança internacionais

No dia 24 de outubro, a Organização das Nações Unidas (ONU) completou o seu 75º aniversário. A organização foi criada em 1945 com o objetivo de livrar do flagelo da guerra as futuras gerações, substituindo o projeto da Liga das Nações. Em que pese as fortes críticas e os desafios que o avanço dos autoritarismos e da extrema direita no mundo apresentam, inclusive o boicote do atual governo estadunidense ao multilateralismo e à Organização Mundial da Saúde (OMS) na resposta à pandemia do novo coronavírus, a ONU foi capaz de demonstrar vitalidade em sua atuação na manutenção da paz e segurança internacionais no mês em que completa 75 anos. Em 18 de outubro, expirou o embargo de armas imposto ao Irã por meio da resolução 2231 do Conselho de Segurança da ONU, que validou o acordo nuclear entre EUA e Irã assinado em julho de 2015. Vale mencionar que em agosto desse ano, os EUA levaram para votação no Conselho de Segurança uma proposta de prorrogação do embargo que contou com o apoio apenas da República Dominicana. Em 20 de outubro, o Conselho de Segurança da ONU juntou-se ao apelo do Secretário-Geral da Organização, António Guterres, para que a Armênia e o Azerbaijão respeitem o cessar-fogo na região de Nagorno-Karabakh que estava previsto para entrar em vigor a partir do dia 18 de outubro. A declaração do Conselho de Segurança foi o resultado de uma reunião de emergência a portas fechadas em que se tratou também da aprovação de uma recomendação à Armênia e ao Azerbaijão para que retomem as negociações de paz sob a mediação do grupo de Minsk, dirigido pela França, pela Rússia e pelos Estados Unidos. Em 23 de outubro, foi assinado na sede europeia da ONU, em Genebra, um acordo de paz para o conflito da Líbia. O acordo de paz, fechado com a mediação da Missão de Apoio das Nações Unidas para a Líbia (UNSMIL), foi assinado pela Comissão Militar Conjunta 5+5, formada por dez representantes dos dois exércitos do conflito, após quatro rodadas de negociações. A partir desse acordo, representantes do Governo do Acordo Nacional (GNA, na sigla em inglês) e do Parlamento líbio, lados que se enfrentam há seis anos em uma

guerra civil, decidem por um de cessar-fogo permanente para todo o território. Entre outros compromissos, foi acordada a saída de todos os combatentes estrangeiros do território líbio em até três meses.

Fontes: [DW](#), 15/08/2020; [Estado de Mina](#), 12/10/2020, [DW](#), 18/10/2020; [Agência Brasil](#), 20/10/2020; [Diário de Pernambuco](#), 20/10/2020; [Folha de S. Paulo](#), 23/10/2020; [RFI](#), 23/10/2020.

## África do Sul inicia construção de muro na fronteira com Moçambique e relações bilaterais estremecem

No mês de outubro, a África do Sul iniciou a construção de um muro de oito quilômetros de extensão na fronteira com Moçambique, no estado de KwaZulu-Natal. Trata-se de um projeto no valor de US\$ 5,3 milhões aprovado em 2017, mas que nunca havia saído do papel. O comitê sobre obras públicas e infraestrutura do parlamento enviou uma visita técnica para acompanhar o início das obras. O motivo alegado para a polêmica construção seria o controle do contrabando de veículos roubados e de outros produtos ilícitos. Todavia, a atuação do grupo terrorista Ansar al-Sunna (ASWJ) em Moçambique, que cresceu ao longo dos últimos meses, é apontada como a motivação mais provável. O empreendimento provocou reações do governo moçambicano, que alegou não ter sido informado da construção, e criticou a falta de transparência da África do Sul. A ministra das relações exteriores de Moçambique, Verónica Macamo, disse que aguarda que o país seja informado oficialmente para pronunciar-se sobre o assunto. Para deteriorar ainda mais as relações entre os dois países, a deportação de imigrantes irregulares moçambicanos sem aviso prévio também foi duramente criticada pelo Serviço Nacional de Migração de Moçambique, que acusou as autoridades sul-africanas de terem violado os procedimentos de deportação.

Fontes: [Parlamento da África do Sul](#), 09/10/2020; [All Africa](#), 11/10/2020; [DW](#), 19/10/2020; [Mundo ao Minuto](#), 23/10/2020; [RFI](#), 24/10/2020; [Plataforma Media](#), 26/10/2020; [Moz24h](#), 27/10/2020.

## Protestos do movimento #EndSars denunciam a violência policial do governo da Nigéria

Na Nigéria, o mês de outubro foi marcado por protestos pelo fim do Esquadrão Especial Anti-roubo (SARS) após divulgação, no dia 3, de um vídeo que mostrava um jovem sendo assassinado por um agente da força de segurança. A SARS foi criada em 1984 para conter a criminalidade à época, e segundo as organizações da sociedade civil, se tornou em uma força policial violenta e corrupta. A partir do dia 8 de outubro teve início uma onda de protestos pacíficos. Contudo, segundo Michelle Bachelet, Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, houve um uso excessivo da força na repressão dos atos no dia 20 de outubro, o que gerou a morte de 51 civis, 11 policiais e sete soldados. Estas informações foram reconhecidas pelo presidente nigeriano, Muhammadu Buhari. Em algumas regiões do país e na capital Lagos, foi estabelecido toque de recolher por 24 horas. A maior parte da população nigeriana é jovem e a organização dos atos têm neles suas lideranças, que utilizaram das redes sociais para amplificar a visibilidade do movimento internacionalmente, chegando a criar redes de doações internacionais para que os manifestantes pudessem ter estrutura e internet para continuar a publicar sobre os atos, viralizando a hashtag #EndSars pelas redes sociais. Em junho de 2020, um relatório da Anistia Internacional já apontava os abusos e violações de direitos humanos cometidos pela SARS, sublinhando ao menos 82 casos de torturas e execuções extrajudiciais, que ocorreram entre janeiro de 2017 e maio de 2020. No entanto, apenas em outubro, em resposta às manifestações, houve o encerramento do esquadrão, substituído por uma outra força criada pelo governo, a SWAT. Todavia, tal tática não está sendo bem vista por muitos, que entendem a medida como ineficiente para que haja uma verdadeira reforma na polícia, e passaram a utilizar no Twitter a hashtag #EndSwat.

Fontes: [BBC](#), 14/10/2020; [Folha de S.Paulo](#), 21/10/2020; [Alma Preta](#), 21/10/2020; [DW](#), 24/10/2020; [Al Jazeera](#), 25/10/2020; [NYTimes](#), 26/10/2020.

## Rivalidade sino-indiana continua aquecendo cenário geopolítico asiático

No dia 19 de outubro, a Índia capturou um soldado chinês que cruzou a fronteira contestada na região oeste do Himalaia. Ainda que o militar tenha sido devolvido à China no dia seguinte, a prisão é o capítulo mais recente da tensão entre os dois países asiáticos nessa disputa territorial. A tensão geopolítica também teve continuidade. Em 21 de outubro, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, autorizou que empresas de tecnologia de Taiwan, como a Foxconn, Wistron e Pegatron, estabelecessem fábricas de smartphones no país. Para o governo indiano, a instituição de relações comerciais com Taiwan pode significar uma mudança de estratégia internacional do país, diante de relações atualmente abaladas com a China. Até recentemente, Modi relutava em aproximar-se de Taiwan, pois poderia levar à deterioração dos laços com Pequim. No dia 10, quando é comemorado o Dia Nacional de Taiwan, a embaixada chinesa em Nova Delhi emitiu uma nota à imprensa indiana solicitando que não violassem a “política de uma China”, em reação a uma reportagem divulgada sobre as celebrações. Por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores da Índia respondeu à notificação chinesa afirmando que o país tem uma mídia livre e relata os eventos como achar melhor. Em um sinal de que a geopolítica regional continuará sendo um motivo central dessas tensões, no dia 20, a Austrália, os EUA, o Japão e a Índia anunciaram realização de exercícios navais no Oriente Médio e na Ásia, que podem ser interpretados como uma reação antagônica ao aumento de influência da China nos oceanos Pacífico e Índico. A princípio, as atividades serão feitas no próximo mês no Mar de Omã, no Oriente Médio e, também, na Baía de Bengala, no sudoeste da Índia.

Fontes: [DW](#), 10/10/2020; [Al Jazeera](#), 19/10/2020; [Al Jazeera](#), 20/10/2020; [G1](#), 20/10/2020; [The Diplomat](#), 20/10/2020; [Al Jazeera](#), 21/10/2020.

## Protestos pela libertação de ativistas de Hong Kong detidos na China continental

Em 25 de outubro, manifestações de apoio a 12 ativistas de Hong Kong – Região Administrativa Especial (RAEHK) da República Popular da China (RPC) – foram realizadas em diversos países como EUA, Reino Unido, Austrália, Alemanha, Suécia, Países Baixos e Itália. Os ativistas estavam respondendo judicialmente por crimes relacionados aos protestos antigovernamentais de 2019 e foram presos no mês de agosto deste ano ao tentarem fugir para Taiwan – território cuja soberania não é reconhecida por Pequim. Os protestos de rua pedem o retorno a Hong Kong desses 12 ativistas, que passaram a responder também por travessia ilegal de fronteira, estando sob custódia da China continental, uma vez que foram interceptados em território marítimo do país. A líder do Executivo de Hong Kong, Carrie Lam, declarou que os fugitivos detidos em Shenzhen “têm que enfrentar as consequências legais nessa jurisdição” e negou qualquer envolvimento da polícia de Hong Kong no caso. O secretário de Segurança da RAEHK, John Lee Ka-chiu, também rejeitou os apelos de legisladores de oposição, afirmando que isso encorajaria comportamentos ilícitos semelhantes. A tensão causada pelo incidente soma-se a outros episódios conflituosos que vêm se acumulando entre o governo da RAEHK e seus opositores.

Fontes: [CNN](#), 09/10/2020; [South China Morning Post](#), 21/10/2020; [South China Morning Post](#), 25/10/2020.

## Prêmio Nobel consagra pesquisadoras e suas descobertas na ciência

No dia 7 de outubro, o destaque foi para as ganhadoras do Prêmio Nobel: Jennifer Doudna e Emmanuelle Charpentier, na Química; Andrea Ghez, na Física e Louise Gluck, na Literatura. A recente premiação, historicamente marcada pelo predomínio de homens, foi um marco considerando que a equipe formada por Doudna e Charpentier foi a primeira a receber o prêmio, sendo as duas pesquisadoras a sexta e a sétima mulheres a serem homenageadas desde 1901.

Em 120 anos de prêmios Nobel em áreas como medicina, física e química, prêmios foram entregues 599 vezes a homens e 23 vezes para mulheres. Problemas como a disparidade de remuneração, dificuldades para publicação e ocupação de cargos de poder continuam sendo obstáculos ao avanço de mulheres na ciência. No dia 9 de outubro, Natália Pasternack, pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Instituto Questão de Ciência, destacou que premiações como o Nobel mostram a importância da ciência para o desenvolvimento da sociedade moderna, sobretudo em um contexto de pandemia. Pasternack falou ainda sobre a necessidade de financiamento das Universidades e Institutos de Pesquisa onde grande parte da produção brasileira está concentrada, citando ainda a persistência do machismo institucional que dificulta o desenvolvimento das mulheres na pesquisa. A pesquisadora é a primeira brasileira a integrar o Comitê para Investigação Cética (Committee for Skeptical Inquiry - CSI, na sigla em inglês) que combate a pseudociência institucional e a desinformação presentes, por exemplo, no movimento antivacina.

Fontes: [The Times of India](#), 07/10/2020; [ScienceAlert](#), 07/10/2020; [Jornal da USP](#), 09/10/2020; [The Economic Times](#), 13/10/2020; [UOL](#), 27/10/2020

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

